

Relatório do Grupo PPE

Número 1 / Janeiro de 2011



Tunísia: o Grupo PPE apela à UE para que apoie a transição para a democracia

Pedro López

A UE deverá, na sequência da fuga do Presidente deposto da Tunísia, Ben Ali, ajudar este país a organizar uma transição democrática e a mobilizar todos os esforços para evitar que o processo fracasse.

Foi esta a principal mensagem deixada pelo Coordenador do Grupo PPE na Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, José Ignacio Salafranca (ES), no debate realizado na sessão plenária de Estrasburgo sobre os tumultos na Tunísia.

Salafranca também advertiu as forças políticas tunisinas de que não deveriam aproveitar o vazio de poder para adoptar posições políticas extremistas. “O processo de transição ficaria comprometido. O extremismo só não é perverso quando tem em vista a defesa da liberdade”, disse. O Grupo PPE considera que é do interesse da União Europeia apoiar o processo democrático na Tunísia: “Só através da democracia é possível garantir estabilidade a longo prazo”, salientou Salafranca.

Uma das primeiras medidas que a União Europeia poderia tomar para ajudar a Tunísia seria preparar-se para enviar uma missão de observação eleitoral às eleições presidenciais e legislativas que, como foi anunciado pelo Primeiro-Ministro tunisino, deverão realizar-se no prazo de dois meses.

Mas os acontecimentos na Tunísia convidam-nos a uma reflexão sobre o quadro da Política de Vizinhança. “Devemos questionar-nos sobre se a ajuda à manutenção do *statu quo* político em alguns países nossos vizinhos que não são democracias plenas contribui para a nossa estabilidade, uma vez que parece óbvio que a queda de Ben Ali não representa, só por si, um incentivo suficiente para uma transição democrática na Tunísia”, afirmou Salafranca.

O Parlamento acompanhará de perto a evolução da situação na Tunísia e, na próxima sessão plenária, em Fevereiro, debaterá e votará uma resolução sobre este assunto.

Cuidados de saúde transfronteiriços – facilitar a vida dos doentes

Marion Jeanne

O relatório de Françoise Grossetête (F) sobre os direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços foi adoptado esta semana no Parlamento Europeu por uma ampla maioria. Esta Directiva constitui um notável exemplo do que a Europa faz para facilitar a vida dos seus cidadãos.

As negociações entre o Conselho e o Parlamento foram difíceis, porque muitos Estados-Membros tinham reservas relativamente a esta proposta de directiva. Não obstante, chegou-se a um acordo graças ao trabalho da Presidência belga e à boa vontade do Parlamento Europeu.

“Os doentes deixarão de ficar na incerteza quando obtiverem tratamentos médicos no estrangeiro e pretenderem ser reembolsados pelo Estado-Membro de que são originários. Esta Directiva clarifica os direitos dos doentes, sobre os quais havia muitas dúvidas até agora”, afirmou a relatora após a votação.

Os cidadãos beneficiarão de informações acessíveis, claras e precisas graças aos pontos de contacto nacionais únicos. Os doentes poderão assim receber tratamento médico no estrangeiro e ser reembolsados de acordo com critérios estáveis e precisos pelo Estado-Membro de que são originários.

Os cuidados hospitalares só serão autorizados em determinadas circunstâncias, para garantir a gestão adequada dos sistemas de cuidados de saúde nos 27 Estados-Membros. Em certos casos, o Estado-Membro de origem pode recusar o tratamento do doente no estrangeiro, designadamente se a mobilidade deste representar um risco para o próprio ou para a população, ou se se apurar que o doente pode receber tratamento no seu país de origem num prazo aceitável do ponto de vista médico. Foi igualmente importante o facto de se ter estabelecido uma salvaguarda para, na medida do possível, evitar que os doentes tenham de proceder ao pagamento prévio dos tratamentos médicos.

A cooperação europeia será reforçada em certos domínios, designadamente no das doenças raras. Os doentes poderão, por exemplo, procurar especialistas para efeito de diagnóstico de uma doença e obter posteriormente autorização para recorrerem a eles, sendo depois reembolsados das despesas com os cuidados médicos prestados no estrangeiro.

Por conseguinte, os doentes poderão beneficiar de vantagens concretas graças à sua mobilidade. Atravessar a fronteira para receber tratamento médico pode revelar-se não apenas útil mas também necessário.

Doença de Alzheimer – melhorar a qualidade de vida dos doentes

Quase uma em cada 20 pessoas com mais de 65 anos e uma em cada 5 com mais de 80 sofrem de demência. Estima-se que mais de 8 milhões de europeus com idades compreendidas entre os 30 e os 99 anos sofram de doenças neurodegenerativas, e alguns cientistas prevêem que este número poderá duplicar de 20 em 20 anos.

A doença de Alzheimer é responsável por 50% dos casos. O Grupo PPE no Parlamento Europeu exorta à cooperação entre os Estados-Membros e a uma resposta mais eficaz orientada para a prevenção e o tratamento das pessoas com demência, em particular das que sofrem da doença de Alzheimer, e para as pessoas que delas se ocupam, designadamente os profissionais de saúde, os prestadores de serviços e os familiares.

Oana Antonescu (RO) apoia as medidas tendentes a aumentar a sensibilização da opinião pública para o problema da demência na UE, facilitar o reconhecimento precoce dos sintomas, reforçar a investigação e melhorar o acesso ao diagnóstico e a medicamentos. Atendendo ao envelhecimento da população mundial, doenças como a de Alzheimer constituem um enorme desafio, nomeadamente em termos financeiros.

O Grupo PPE apoia o desenvolvimento de planos de acção que visem a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas que sofrem de demência e das suas famílias. O Grupo PPE aplaude as propostas concretas da Comissão Europeia para o combate à doença de Alzheimer. Merecem especial destaque as seguintes:

- medidas preventivas que propiciem o diagnóstico precoce da demência e, sobretudo, a redução do risco de demência;
- reforço da coordenação entre os países da UE em matéria de investigação;
- intercâmbio de boas práticas e criação de um fórum de reflexão sobre os direitos, a autonomia e a dignidade dos doentes.

Eugen Sandu

Presidência húngara: a hora e a vez de uma “Europa forte”

Miklós Panyi

O Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, apresentou o programa da primeira Presidência húngara da UE na sessão plenária desta semana em Estrasburgo. No decurso da sua intervenção, afirmou que 2011 será um ano especialmente difícil para a Europa e exigirá uma liderança forte baseada no seu programa “Europa forte”.

“O desafio que hoje temos pela frente é tão decisivo como o que enfrentámos há vinte anos. Para a UE, este talvez seja o ano mais difícil das duas últimas décadas”, sublinhou Orbán. Referiu a economia global, o ambiente, a demografia e a segurança como os domínios mais problemáticos para a Europa nos tempos que correm. Em seguida, expôs pormenorizadamente as prioridades da Presidência, que incidem na complexa conjuntura actual e têm em vista o reforço da competitividade da Europa. Cumpre destacar as seguintes: uma governação económica forte, a resolução dos casos de endividamento extremo, a criação de emprego, o reforço da segurança energética, a adopção da Estratégia da UE para a integração dos ciganos e o relançamento do processo de alargamento.

A terminar a sua intervenção, e a propósito dos protestos contra a nova lei húngara da comunicação social, pediu aos outros partidos políticos que não misturassem a política interna húngara com o trabalho e as decisões desta Presidência. “Se nos forem dadas [pela Comissão] indicações precisas e justificadas, alteraremos de bom grado essa lei”, afirmou.

Muitos deputados do Grupo PPE, incluindo o seu Presidente, Joseph Daul (F), solidarizaram-se com o Primeiro-Ministro Orbán no debate em plenário, e todos eles aplaudiram o programa húngaro e garantiram o seu apoio ao Governo húngaro. O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, também saudou o programa húngaro, que é bastante ambicioso, e enalteceu o respectivo título (“Europa forte”). Ádám Kósa, único deputado surdo, e Lívía Járóka, única deputada de origem cigana, ambos da Delegação húngara, fizeram algumas observações sobre o programa, aplaudindo as referências que nele são feitas aos grupos minoritários.

Embora não directamente relacionada com a questão da Presidência, a nova lei húngara da comunicação social foi um dos assuntos abordados pela maior parte dos oradores de todos os quadrantes políticos. A oposição teceu duras críticas ao Governo, acusando-o de desrespeito das liberdades fundamentais, e os apoiantes chamaram a atenção para a conveniência de se aguardar o parecer da Comissão.

Ataques contra cristãos: a UE deve defender a liberdade de religião

Lasse Böhm

Na sequência dos recentes ataques contra cristãos no Egito, no Iraque e noutros países, o Parlamento Europeu condenou veementemente estes actos de violência numa resolução promovida pelo Grupo PPE e apoiada por vários partidos, manifestando a sua preocupação relativamente à situação dos cristãos em África, na Ásia e no Médio Oriente. A Resolução, que obteve o apoio de uma ampla maioria, exorta a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros a desenvolver uma estratégia para impor o respeito da liberdade religiosa em países terceiros, e a elaborar uma lista de medidas que poderão ser aplicadas aos Estados que deliberadamente descurem a protecção das diferentes confissões religiosas.

“A ajuda da UE ao desenvolvimento e as suas relações comerciais devem ter em conta o respeito dos direitos humanos e da liberdade religiosa nos países em causa. A UE deve dar a máxima atenção às violações dos direitos humanos e à perseguição de cristãos, e vincular os pagamentos a países terceiros e os acordos diplomáticos a melhorias nesses domínios”, afirmaram Elmar Brok (D), que redigiu a Resolução em nome do Grupo PPE, e Mario Mauro (IT), Chefe da Delegação italiana do Grupo PPE.

Para esse efeito, a Resolução do Parlamento Europeu convida o Serviço Europeu para a Acção Externa a dotar-se de capacidades que lhe permitam acompanhar as situações de restrição à liberdade religiosa em todo o mundo e a incluir um capítulo dedicado às liberdades religiosas no relatório anual da UE sobre os direitos humanos.

“A possibilidade de praticar livremente uma religião é um direito humano fundamental. Por conseguinte, o que está em causa na defesa da liberdade religiosa, não é esta ou aquela crença religiosa mas sim a protecção de um direito imanente ao ser humano que, infelizmente, se encontra ameaçado em muitas partes do mundo. Para se manter fiel aos seus valores, a Europa deve tomar em mãos a questão da liberdade dos cristãos”, concluíram Brok e Mauro.

Bielorrússia - já não há espaço para o diálogo

Joanna Bekker

A reacção política do Parlamento Europeu à situação na Bielorrússia no rescaldo das eleições presidenciais de 19 de Dezembro de 2010, consubstanciada na Resolução que adoptou, é clara: já não existe espaço para o diálogo com o regime bielorrusso, pelo menos enquanto não forem libertados todos os activistas da oposição e da sociedade civil bielorrussas.

O Grupo PPE está firmemente convencido de que é necessária uma abordagem dupla: sanções contra o regime e, simultaneamente, uma maior abertura e mais ajuda financeira à sociedade, aos meios de comunicação social independentes (incluindo a TV Biesat) e às ONG. “Precisamos de sanções inteligentes, que não piorem a vida do cidadão comum bielorrusso. Não podemos, porém, ter receio de as impor ou de suspender a participação da Bielorrússia nas actividades da Parceria Oriental”, afirmou Jacek Protasiewicz (PL), Presidente da Delegação do PE para as Relações com a Bielorrússia, na sua intervenção no debate.

“Temos de substituir a política de “cenoura e cacete” que temos seguido em relação ao regime por uma política de “cacete” para o regime e ‘cenoura’ para a sociedade. Não nos esqueçamos de que a nossa parceria é com a sociedade, e não com o regime”, sublinhou Jacek Saryusz-Wolski (PL) ao falar na sessão plenária.

A Resolução adoptada, que mereceu um amplo apoio por parte de todos os grupos políticos, condena os acontecimentos ocorridos na Bielorrússia no mês passado, insta as autoridades a libertarem todos os presos políticos, apela aos Estados-Membros para que imponham e reforcem as sanções ao Presidente Lukashenko e seus colaboradores, e enumera uma série de medidas que a comunidade internacional deve tomar para prestar a necessária ajuda à sociedade bielorrussa.

A Sérvia dá um passo em direcção à Europa

Lada Jurica

O Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o processo de integração europeia da Sérvia e ratificou o Acordo de Estabilização e de Associação com este país. Segundo György Schöpflin (HU), a Sérvia decidiu finalmente que quer, de facto, um futuro europeu. Kinga Gál (HU) salientou que a Resolução do Parlamento aborda de forma muito equilibrada a questão dos direitos das minorias, incluindo os húngaros da Voivodina.

Após um transe histórico traumático, as sequelas das guerras da década de 1990 e o fim do regime de Slobodan Milošević, a Sérvia optou pela Europa. Segundo Schöpflin, uma tal decisão, que, tendo em conta a turbulência do passado, foi um desfecho surpreendente, indicia que a Sérvia se tornou um factor de estabilidade na região.

Subsistem, contudo, dois problemas políticos incontornáveis: a captura de Ratko Mladić e a sua transferência para Haia, e o reconhecimento da independência do Kosovo.

Seja como for, o compromisso europeu da Sérvia é claro, as tarefas que a elite e a sociedade têm pela frente estão identificadas e os preparativos de ordem técnica prosseguem. “Se tudo correr bem, a Sérvia deverá receber o parecer no próximo Outono e, em seguida, ser-lhe-á reconhecido o estatuto de país candidato. O caminho para a Europa não será fácil, mas uma Sérvia estável e democrática beneficiará a Europa no seu conjunto”, concluiu Schöpflin.

Kinga Gál reconheceu que, à luz dos critérios de Copenhaga relativos aos direitos das minorias, a Resolução era bem equilibrada. Não obstante, a deputada fez notar que a Sérvia ainda tem de melhorar o seu desempenho na aplicação das leis de protecção das minorias. O Estatuto da Voivodina e a Lei dos Conselhos Nacionais valem o que valerem as suas repercussões na vida concreta do dia-a-dia, incluindo as da aplicação de um instrumento financeiro apropriado.